

A Atual Crise da Universidade Pública Brasileira

Antônio Celso Alves Pereira¹

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir a crise da universidade brasileira na atualidade. Como é do conhecimento geral, a instituição universitária, por toda a parte, encontra-se em dificuldade para sustentar sua legitimidade diante dos desafios que lhe são impostos pelo atual estágio da sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: Universidade brasileira; ensino superior; história da educação superior no Brasil; universidade pública *versus* universidade privada.

Abstract

This text aims to discuss the crisis of the Brazilian university today. As is generally known, the university institution, everywhere, is in difficulty to sustain its legitimacy in the face of the challenges imposed by the current stage of the knowledge society.

Keywords: Brazilian university; University education; history of higher education in Brazil; public university versus private university.

Introdução

O presente texto tem como objetivo discutir a crise da universidade brasileira na atualidade. Como é do conhecimento geral, a instituição universitária, por toda a parte, encontra-se em dificuldade para sustentar sua legitimidade diante dos desafios que lhe são impostos pelo atual estágio da sociedade do conhecimento. Instituição quase milenar, anterior ao Estado Moderno, a universidade, em razão de suas próprias finalidades, ou seja, produzir e transmitir o conhecimento e a pesquisa, difundir a cultura, formar o cidadão e as elites, além de sediar o pensamento plural e crítico é, portanto, estrutura fundamental à realização do desenvolvimento

¹ Professor do Curso de Direito do Centro Universitário de Valença e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida.

integrado da sociedade. Em todo o mundo, mesmo nos países nos quais estão localizadas as maiores e melhores universidades, evidentemente em níveis diferenciados, a instituição universitária está, há muito, vivendo uma crise que se manifesta em relação à sua legitimidade histórica como produtora do conhecimento e formadora de mão de obra altamente especializada e voltada às exigências econômicas, científico-tecnológicas e socioculturais de uma determinada fase histórica.² Assim, atualmente desafiada e pressionada por todos os lados, a universidade está defasada, enfrenta sérios obstáculos para acompanhar a velocidade do atual tempo histórico, situação que dificulta seu atendimento das demandas sociais e econômicas consequentes das vertiginosas mudanças científicas e tecnológicas que conduzem a humanidade à Era da Quarta Revolução Industrial. A emergência de novas profissões exige formas renovadas de ensinar e de aprender, portanto, requer novos modelos e instrumentos pedagógicos e curriculares. Tal realidade impõe a necessidade de docentes em dia com as novas metodologias de ensino/aprendizagem que, entre outras medidas, induzam o aluno à educação continuada e o prepare para aprender a aprender e a entender a natureza e a complexidade das transformações na sociedade em que vive.

O atual modelo de universidade tem suas origens na Universidade de Berlin, fundada em 1810, com base nos princípios expostos por Wilhelm von Humboldt (1767-1835), seu primeiro reitor, em um texto de sua autoria sob o título “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlin”. O modelo de Humboldt, ao inaugurar a pesquisa universitária, trouxe à luz a primeira universidade moderna, fundamentada na integração entre ensino e pesquisa, na adoção da interdisciplinaridade, na relação autônoma entre Universidade/Estado e na autonomia e liberdade de docentes e discentes para pensar, pesquisar e administrar a instituição.³ A Universidade de Berlin expressava, neste aspecto, o iluminismo kantiano, exposto em sua conhecida sentença,

² Sobre este tema, ver SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice e o artigo A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf> Acesso em 17 jul. 2019.

³ PALÁCIOS, Fernando A. Colares. *Universidade Moderna: modelos humboltiano e napoleônico*. Disponível em: <https://educadmi.wordpress.com/2011/07/19/universidade-moderna-modelos-humboltiano-e-napoleonico/> Acesso em 17 jul. 2019.

segunda a qual “o Iluminismo é fundamentalmente a autonomia do pensamento, a autonomia da razão”.⁴ O ideário acadêmico humboldtiano, ao introduzir na Universidade de Berlin a pesquisa pura, constituiu, no início do século XIX, “uma grande novidade, [...] com quase dois séculos de atraso em relação ao que vinha acontecendo nas ciências no âmbito das academias científicas à margem, portanto, da universidade”.⁵ Esse modelo de organização universitária influenciou todas as instituições universitárias do Ocidente nos séculos XIX e XX.⁶ Ao lado da liberdade de ensinar, do professor expor e transmitir seu conhecimento, a universidade humboldtiana consagrou também a liberdade de aprender, isto é, o aluno podia escolher o que pretendia cursar, pois não estava submetido à rigidez curricular. Este princípio deu origem ao que hoje chamamos de *sistema eletivo*, que foi adaptado e adotado nos Estados Unidos, no século XIX, inicialmente pela Universidade de Harvard e, posteriormente, por todas as grandes universidades daquele país. Em 1876, a Universidade John Hopkins criou o primeiro centro de pesquisas acadêmicas nos Estados Unidos. No Brasil, o sistema eletivo de crédito e matrícula por disciplina, copiado e adaptado a partir do modelo implantado nos Estados Unidos, somente foi introduzido na universidade com a Reforma Universitária estabelecida pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Substituiu o tradicional e inflexível seriado anual. De fato, o sistema eletivo funciona nas universidades públicas e somente em algumas privadas, como as PUCs,⁷ e apenas nominalmente na maioria das instituições privadas. Trata-se de um sistema caro, pois requer grande número de docentes para atender a amplitude das disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas oferecidas semestralmente à matrícula. Por sua vez, a introdução da pesquisa no

⁴ SANTOS FILHO, José Camilo. *Universidade, Modernidade e Pós-Modernidade*. In: Educação Brasileira. Brasília: CRUB, volume 20, número 40 – janeiro/julho 1998, p. 57.

⁵ *Ibidem*, p. 55.

⁶ Ver ARAUJO, José Carlos Souza. *O projeto de Humboldt (1767-1835) como fundamento da pedagogia universitária*. In: APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista Ano VII n. 12 p. 2009, p. 65-81 Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4261/pdf_232 Acesso em 16 jul. 2019.

⁷ “As universidades privadas são também bastante desiguais, comportando algumas instituições de alto padrão acadêmico. Dentre as privadas, destacam-se, por sua ação política coordenada, as instituições confessionais, notadamente as 24 católicas e as 6 protestantes – também elas muito heterogêneas”. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino superior no octênio FHC*. In: Educação e Sociedade, vol. 24, nº82, Campinas, abril de 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO101-73302003 Acesso em 23 dez. 2019.

modelo humboldtiano foi admitida nas diversas universidades europeias no século XIX.

Em decorrência do surgimento de novas profissões e de novas disciplinas e especializações desenvolvidas pelas atividades de pesquisa, as universidades americanas adotaram a descentralização administrativo-pedagógica com a criação da estrutura departamental, agregando disciplinas afins. Nas presentes discussões no Brasil sobre a necessidade de uma ampla reforma da universidade, está à mesa a continuidade, ou não, do sistema departamental. Em nosso país a indissolubilidade entre ensino e pesquisa e extensão, assim como a estrutura departamental foram princípios adotados pela Reforma Universitária de 1968 e confirmados na Constituição de 1988.⁸ A Reforma de 1968 foi obra do regime militar, com o objetivo de suprimir a autonomia das instituições, orientar e direcionar o ensino superior para o atendimento do projeto nacional-desenvolvimentista militar, alicerçado no capital internacional, formar mão de obra voltada aos mecanismos de mercado e, ao mesmo tempo, atender a demanda da juventude da época por vagas no ensino superior – os chamados excedentes –⁹ e a reivindicação docente da abolição da cátedra. Para resolver a questão dos excedentes, o governo federal autorizou a criação de novos cursos superiores, fato que propiciou a primeira grande expansão do ensino superior privado no país.

Embora se manifestando diferentemente em cada país, a crise geral da universidade está a exigir, em toda a parte, a redefinição de seu papel no mundo atual. A incapacidade da universidade para responder às demandas oriundas da sociedade capitalista nos anos finais do século XX, e nestes primeiros tempos do século XXI, ocasionou a criação, por grandes corporações transnacionais, de estruturas e centros avançados de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em seus âmbitos, a chamada universidade corporativa, com o objetivo inovar, reciclar e redirecionar seus técnicos e funcionários na compreensão dos objetivos estratégicos da empresa e, com isso, manter-se na vanguarda tecnológica em sua área de atuação, para que ela possa enfrentar a competição nos mercados globalizados.

⁸ Hoje é matéria constitucional nos termos do artigo 207 da Constituição de 1988.

⁹ Alunos aprovados em vestibulares, que não conseguiam ingressar nas universidades e faculdades isoladas, por falta de vagas.

Apesar do que foi antes exposto, aponta-se um paradoxo nessa situação. Atualmente, a demanda pelo ensino universitário no mundo está em alta. As matrículas atingem níveis sem precedentes. Principalmente nos cursos a distância. Segundo os professores e pesquisadores canadenses Don Tapscott e Anthony D. Williams,¹⁰ nos Estados Unidos a Universidade de Phoenix matricula, anualmente, mais de 200 mil estudantes, somente em seus cursos não presenciais. Nesse mesmo sentido, o Instituto para o Planejamento Educacional da UNESCO aponta, em seu Relatório *Monitor Global da Educação*, que o número de matrículas no ensino superior, em todo o mundo, passou de 100 milhões, em 2000, para mais de 200 milhões atualmente. O Relatório indica, ainda, “que a demanda por ensino superior vai continuar subindo”. Lamentavelmente, “o acesso ao ensino superior teve expansão mais rápida nos países mais ricos: em média, apenas 8% dos jovens estão na faculdade nos países mais pobres, comparando-se com 74% nas nações mais ricas”.¹¹ Observando esses elementos sobre o mencionado crescimento das matrículas, Tapscott e Williams indicam como causa do fenômeno o fato de “os adicionais de salários que os empregadores pagam pela formação universitária prosseguem em alta, apesar do aumento da oferta de graduados qualificados – sinal de que o valor de mercado de profissionais de alto nível está aumentando com mais rapidez do que a oferta pelas instituições de ensino”.¹²

Educação superior no Brasil

A crise permanente da atual universidade brasileira, de certa forma, tem, ainda hoje, componentes derivados de seus antecedentes históricos. Ela é alimentada por fatores diversos, que decorrem de especificidades históricas, compreendidas no âmbito da nossa formação social, econômica e política, e, especialmente, do processo de construção e da trajetória do Estado brasileiro, desde a chegada da família real em 1808. Começa com o fato de que a universidade brasileira é de criação tardia. Como é do conhecimento geral, a nossa primeira instituição universitária foi fundada em 1920. Criou-se, então, a Universidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto 14.343, firmado pelo presidente Epitácio Pessoa, com a reunião da Escola

¹⁰ TAPSCOTT, Don e WILLIAMS, Anthony D. *Macrowikinomics – Reiniciando os Negócios e o Mundo*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 139

¹¹ *Ibidem*

¹² *Ibidem*

Politécnica, fundada, em 1792, no reinado de D. Maria I, como Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho; com a Faculdade Nacional de Medicina, oriunda da Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, criada pelo regente D. João, em 1808, e instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo; e a fusão de dois cursos de Direito: a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e a Faculdade Livre de Direito, ambas reconhecidas em 1891. Esse modelo, inspirado na universidade napoleônica, que colocava a Instituição universitária pública ou privada sob o controle do Estado, instituiu, de forma definitiva, o dirigismo no ensino superior do país. Tais universidades, até praticamente a Reforma Universitária de 1968, permaneciam sem qualquer integração, com suas unidades acadêmicas praticamente autônomas, situadas em endereços distintos, expressando, na verdade, apenas uma federação de cursos superiores formadores de mão de obra, sem qualquer atividade de pesquisa. Desde então, a universidade brasileira passou depender da visão de mundo e do humor dos governos da República, constituindo-se, assim, uma crônica de avanços e retrocessos. A Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, teve, em 1937, sua denominação mudada para Universidade do Brasil, no Estatuto das Universidades Brasileiras promulgado pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, naquele ano.

Por sua vez, as referências sobre as origens da Universidade de São Paulo – USP indicam o insucesso da Revolução Constitucionalista de 1932¹³ como um dos fatores que convenceram as elites paulistas da

¹³ “A maior parte da literatura referente à fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, aponta a Revolução Constitucionalista de 1932 como fator detonador deste processo. A partir destes estudos, que excluem a presença de outros agentes sociais do movimento (como os segmentos populares) e as ambiguidades da situação de compromisso havida entre o governo federal e as classes dominantes paulistas, dá-se ao Movimento de 32 o caráter simplificado de uma luta entre os tenentes ligados à ditadura getulista e a elite intelectual paulista, na qual esta teria saído derrotada. Daí a necessidade da criação de uma universidade em São Paulo, para suprir a falta de quadros dirigentes naquele estado e no país. Entretanto, uma análise mais realista da relação entre a Revolução Constitucionalista de 32 e a criação da USP aponta não apenas para um confronto entre as classes dominantes paulistas e o governo federal, mas também para mecanismos de conciliação e compromisso entre ambos, mecanismos estes que tornaram possível a concretização do grande projeto universitário paulista”. PAULA, Maria de Fátima Costa de. *A INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES ALEMÃ E FRANCESA SOBRE A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO QUANDO DE SUAS FUNDAÇÕES*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1225503/mod_resource/content/1/InfluenciasUSPxUFRJ.pdf Acesso em 17 dez. 2019.

necessidade de se criar uma universidade, cuja finalidade seria a formação de elites altamente capacitadas para gerir os negócios de Estado e promover o desenvolvimento integrado de São Paulo e do Brasil. Com a fusão de sete instituições de ensino superior existentes no Estado, entre as quais as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras – FFCL, Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia e a Escola Politécnica de São Paulo, o então interventor federal em São Paulo, Armando Salles de Oliveira, com o decisivo apoio do jornalista Julio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, firmou, em 25 de janeiro de 1934, o decreto que criou a Universidade de São Paulo. Estruturada conforme o modelo da universidade alemã, a USP contou, no seu início, com a contribuição de importantes cientistas, intelectuais e professores estrangeiros – franceses, italianos, alemães, portugueses, espanhóis e norte-americanos –, entre os quais Claude Lévi-Strauss, contratados entre 1934 e 1944, além dos professores brasileiros das instituições acadêmicas que se reuniram para formar a nova universidade.

A história da criação de universidades no Brasil, até 1920, girou, portanto, em torno da sua rejeição e pela a opção por escolas superiores isoladas, modelo introduzido no Brasil, a partir de 1808, por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, ministro do príncipe regente D. João, de 1808 a 1812.¹⁴ Contudo, deve-se ressaltar que foram várias as tentativas, mesmo no período colonial, de instalar universidades no Brasil. Entretanto, o Estatuto Colonial Português frustrou todos os projetos nesse sentido. Como assinala Darcy Ribeiro,

[...] o Brasil, como colônia submetida ao mais estrito monopólio, cresceu isolado do mundo, apenas convivendo com aquele Portugal pobre e retrógrado. Tão retrogrado que proibia expressamente a importação e venda de livros e punia severamente a instalação de qualquer tipografia. Tão obscurantista que não permitiu a instalação de um sistema popular de ensino no Brasil e, menos ainda, de escolas superiores, ao tempo em que a Espanha mantinha cerca de duas dezenas de universidades em suas colônias”.¹⁵

¹⁴ PAIM, Antonio. *Repensar a Universidade*. In: Carta Mensal, volume 44, nº 524 – Novembro de 1998. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, p. 22.

¹⁵ Citado em PEREIRA, Antônio Celso Alves. *A Autonomia Universitária na Legislação Brasileira*. In: Estudos em Homenagem ao Prof. Caio Tácito. DIREITO, Carlos Alberto Menezes, organizador. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 52.

A intenção da Província Brasileira da Companhia de Jesus, juntamente com a Câmara da Cidade de Salvador, em 1671, de conseguir a transformação do Colégio da Companhia, situado na Bahia, em universidade, uma vez que tal estabelecimento funcionava didaticamente no modelo da Universidade controlada pelos Jesuítas, em Évora, Portugal, foi indeferida pela Provisão Real de 16 de julho de 1675.¹⁶ Os Inconfidentes mineiros projetavam uma universidade para funcionar em Vila Rica e, antes deles, em 1768, “a Corte rejeitou um pedido da Câmara de Sabará para que se criasse uma aula de cirurgia”.¹⁷ A Inglaterra jamais apresentou dificuldades à instalação de instituições universitárias em suas colônias na América. Quando se deu a Independência dos Estados Unidos o país já contava com nove grandes Universidades. Nos vinte e cinco anos seguintes foram criadas outras dezesseis instituições de ensino superior, compreendendo universidades e faculdades isoladas.

O grande mérito do novo espírito igualitário na América do Norte – segundo o historiador Paul Johnson – foi a tomada de consciência de que a educação devia estar, privilegiadamente, entre as prioridades nacionais. [...] Stanhope Smith, reitor de Princeton (fundada em 1746), acreditava que uma combinação de “leis republicanas” e educação causaria uma melhora geral na moral da população e criaria uma “sociedade uniformemente virtuosa. [...] Era a educação, sustentava John Adams (2º presidente (2º presidente dos Estados Unidos) que fazia o cavalheiro, e não sua origem ou seus privilégios”.¹⁸

Américo Jacobina Lacombe, citado por Ana Waleska Mendonça, comentando a política oficial portuguesa em relação ao ensino superior nas colônias, cita trecho de documento do Conselho Ultramarino, que muito bem explica a política portuguesa na matéria, quando se refere à conveniência dos brasileiros estudarem em Portugal. Segundo o Conselho, um dos mais fortes vínculos de sustentação e dependência das possessões portuguesas localizava-se na necessidade do oriundo da colônia estudar em Portugal e que este “vínculo era questão política e, como tal, não se devia

¹⁶ MENDONÇA, Ana Waleska P.C. *A Universidade no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14. p. 132. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf> Acesso em 17 jul. 2019.

¹⁷ *Ibidem*, p. 133.

¹⁸ JOHNSON, Paul. *Estados Unidos – La Historia*. Barcelona: Javier Vergara Editor, 2001, p. 177.

relaxar”.¹⁹ Anísio Teixeira, segundo Mendonça, chama a atenção para o fato de que, até o início do século XIX, 2.500 brasileiros diplomaram-se em Portugal e, ainda, que “o brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil, que poderia mesmo se fazer professor da universidade.” Cita especificamente os casos de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, membro da Junta constituída pelo Marques de Pombal para estudar e projetar a reforma dos estudos superiores em Portugal, reitor, por três décadas, da Universidade de Coimbra, e de José Bonifácio de Andrada e Silva, “que foi também professor da mesma universidade, como, aliás, vários outros nascidos no Brasil”. Vale lembrar que além de Coimbra, brasileiros estudavam em Montpellier, Toulouse, e em universidades inglesas.”²⁰ As instituições de ensino superior criadas por D. João, em 1808, destinavam-se à formação de quadros para a defesa militar da nova sede do governo português e de médicos para atender milhares de pessoas – em torno de 15 mil – que acompanharam a família real em seu traslado para o Rio de Janeiro, bem como os que vieram posteriormente. Para formar cirurgiões militares, o Príncipe Regente ordenou a criação, em 1808, dos cursos de anatomia e cirurgia, transformados, em 1809, na Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Antes, em fevereiro de 1808, Dom João criara o curso de Medicina na Bahia. Em 1810 foi a vez da fundação da Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Ainda na Bahia, D. João, em 1808, criou a cadeira de economia e, no Rio de Janeiro, cidade que o recebeu, em 08 de março de 1808, o Jardim Botânico e um curso de Agricultura, em 1812. Neste mesmo ano, o Regente autorizou o funcionamento do curso de Química e Desenho Técnico e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro. Esta escola tinha, inicialmente, o objetivo de oferecer ensino técnico. Em 1826, sob Pedro I, voltou-se exclusivamente ao estudo e ensino de Artes. Nas províncias foram criados, em Minas Gerais, em 1821, cursos de Filosofia e Retórica, em Paracatu e, em Vila Rica, Desenho e História. Em Pernambuco, em 1809, Matemática Superior. Com a Independência, a criação de universidades

¹⁹ LACOMBE, Américo Jacobina, *A cultura jurídica*. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 3. O Brasil Monárquico: reações e transações. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. p. 361. Citação em MENDONÇA, op. cit. p. 133.

²⁰ MENDONÇA, op. cit. p. 133

estava no projeto de José Bonifácio, porém, como se sabe, seus importantes planos para a nova nação foram interrompidos com seu banimento do país, por D. Pedro I, em 1823. Aos cursos antes mencionados somaram-se os cursos jurídicos criados pelo imperador em 1827, localizados em Olinda e São Paulo. Como escreve Mendonça, os cursos criados por D. João VI e no período imperial passaram por sucessivas reformas, fusões e aglutinações, constituindo a origem de faculdades que formaram profissionais até o advento da República. No reinado de D. Pedro II, aos cursos superiores existentes, o governo imperial adicionou, em 1875, a Escola de Minas de Ouro Preto e realizou a separação do curso de engenharia da Escola Militar para a criação da Escola Politécnica, atual Curso de Engenharia da UFRJ. No segundo reinado, sem sucesso, foram discutidos diversos projetos de criação de universidades no país. Na última fala do trono, D. Pedro II pedia ao Parlamento a criação de duas universidades, uma no norte e outra no sul do país e, ao lado disso, autorização para funcionamento de faculdades de Ciências e Letras nas Províncias.²¹ Os positivistas se opuseram de forma vigorosa ao projeto das universidades, sob a alegação de que a instituição universitária era obsoleta e tinha origens teológicas. Esta oposição à universidade por parte dos positivistas perpassa os primeiros tempos do século XX e somente será suplantada na década de 20. Informa Antonio Paim “que o argumento básico para derrotar os positivistas seria da lavra de Amoroso Costa (1885-1928). À sua pergunta: para que Universidade? Respondeu deste modo: para fazer ciência. Amoroso Costa e o grupo que criou a Academia Brasileira de Ciências, no mesmo período, demonstraram estar equivocada a suposição comteana de que a ciência estava pronta e conclusa”.²² À época, demandava-se pela criação, no Brasil, de instituições universitárias voltadas à pesquisa e não somente à formação profissional. Esta posição era defendida pelo Jornal *O Estado de São Paulo* e por parte de membros da Associação Brasileira de Educação, nos anos 20 do século passado.²³ Em 1930, Vargas criou o Ministério da Educação e nomeou Francisco Campos seu titular. Este, em 1931, criou o Conselho Federal de Educação, promulgou um Estatuto das Universidades Brasileiras, que submetia as instituições universitárias públicas a rigoroso controle

²¹ MENDONÇA, op. cit. p. 136

²² PAIM, op. cit. p. 22

²³ MENDONÇA, op. cit. p. 136

didático, financeiro e administrativo e, em medida adversa, transformou o projeto da Faculdade de Ciências, que cuidaria da pesquisa, estabelecendo uma instituição para formar professores para o então ensino secundário, justificando sua decisão, com o seguinte argumento: “nos povos em formação como o nosso, a cultura não poder ser organizada de uma vez”, a fim de que o pretendido instituto não se tornasse “adorno ou decoração pretensiosa em casa pobre”.²⁴

A grande e lamentável derrota histórica da universidade brasileira foi a extinção, no primeiro governo Vargas, em 1937, da Universidade do Distrito Federal - UDF, fundada por Anísio Teixeira, em abril de 1935, e instituída pelo decreto municipal nº 5.513, quando o educador ocupava o cargo de diretor do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal na administração do Prefeito Pedro Ernesto. O principal objetivo da nova Universidade era oferecer ensino de alta qualidade, criar condições para o desenvolvimento da pesquisa científica, literária e artística e oferecer cursos de extensão. O projeto de Anísio Teixeira expressava uma ideia moderna e diferenciada de universidade, fundamentada na cultura e nas necessidades brasileiras e apresentava marcas do pensamento de um dos mais destacados pedagogos dos Estados Unidos, John Dewey, com quem Anísio Teixeira estudara na Universidade de Columbia. Em decorrência da revolta comunista de novembro de 1935, e da repressão que se seguiu, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, que era o reitor, e vários professores foram demitidos por ordem do governo Vargas. Afonso Pena Jr. assumiu a reitoria, porém, com o golpe de 37, que instituiu o Estado Novo, a UDF foi extinta, seus quadros foram incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

O modelo da Universidade do Brasil, criado pela lei 05 de julho de 1937 – Reforma Capanema –, vigorou nas universidades públicas federais, em estaduais,²⁵ como a UERJ, bem como nas instituições universitárias privadas, até a reforma de 1968. Voltando à história da regulamentação dos cursos superiores no Brasil, registre-se o fato de que, no período republicano a Constituição de 1891, ao consagrar a República Federativa, muito à imagem da federação norte-americana, deixou aos Estados a competência para legislar sobre educação superior, reservando, no artigo

²⁴ PAIM, op. cit. p. 22

²⁵ À exceção das Universidade paulistas USP e UNICAMP.

34 (30), à União a regulamentação do ensino superior no Distrito Federal. Assim, a primeira Carta Magna da República pouco cuidou das questões educacionais. Até a criação do Ministério da Educação, em 1931, por Vargas, as questões relativas à educação do país ficavam a cargo do Departamento Nacional de Ensino, órgão da estrutura do Ministério da Justiça. A Constituição de 1934, em seu art. 5º (XIV) dispôs a competência da União para “traçar as diretrizes da educação nacional” e, no artigo 150 (a), criava “o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”. Como se sabe, com a outorga da Constituição de 1937, os dispositivos liberais da Carta de 1934, em matéria de educação superior, foram revogados. A Constituição de 1946, no contexto do processo de redemocratização, e no espírito da Carta de 34, propiciou o estabelecimento das discussões sobre a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que somente seria aprovada em 1961, pela Lei 4024/1961. Em 1996, a chamada Lei Darcy Ribeiro (Lei 9394/96), senador que a relatou, que deu nova redação às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a regular o sistema educacional brasileiro, público e privado, compreendendo as educações básica e superior. A atual LDB trouxe avanços consideráveis à educação nacional, porém, em relação à educação superior, segundo Pedro Demo, não escapou da visão tradicional e pouco avançou.²⁶ Em 2019 foram aprovadas quatro leis alterando a LDB: Leis 13.796, de 03 de janeiro de 2019; 13.803, de 10 de janeiro de 2019; 13.826, de 13 de maio de 2019; e 13.868 de 03 de setembro de 2019.

A atual crise da Universidade pública brasileira

A atual crise da universidade pública brasileira decorre de fatores diversos. Como se discutirá nas linhas que se seguem, é forçoso reconhecer que a universidade pública brasileira é vítima de uma forte campanha, cujos argumentos que a fundamentam são, em muitos casos, totalmente improcedentes. De forma geral, os detratores da universidade

²⁶ Ver: ARAÚJO, Vanessa Freitag de; AMUDE, Amanda Mendes e MORGADO, Suzana Pinguello. *LEI DARCY RIBEIRO E DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A AMÉRICA LATINA ARAÚJO*. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/623_773.pdf Acesso em 23 dez. 2019.

pública brasileira acusam-na, sistematicamente, de ser lenta, pesada, demasiadamente dispendiosa, corporativamente aparelhada à esquerda, administrativamente caótica, isolada da sociedade e, dessa forma, não estaria realizando suas importantes finalidades, pois seus cursos de graduação não estariam formando adequadamente a mão de obra altamente especializada de que o país precisa para se desenvolver de forma integral. Da mesma forma, seus críticos apontam que os cursos de pós-graduação que oferece estariam voltados à realização de pesquisas inúteis e dissertações de mestrado e teses de doutorado irrelevantes. Sob este último ponto, semelhante denúncia ocorreu também nos Estados Unidos. Mark Taylor, professor de grande prestígio e *chairman* do Departamento de Religião da Universidade de Columbia, provocou uma grande controvérsia acadêmica, de repercussão em seus país, ao publicar artigo no *New York Times*, edição de 26 de abril de 2009, intitulado *End the University as We Know It*, no qual afirma que a “maioria dos programas de pós-graduação das universidades norte-americanas produz um produto para o qual não há mercado [...] e não são lidos por ninguém, a não ser por colegas com mentalidade semelhante”.²⁷ Outras acusações dirigidas à universidade pública brasileira, são constantemente propagadas: por exemplo, que ela é só para ricos; que não se integra à empresa para estabelecer parcerias direcionadas ao desenvolvimento, inovação, ou melhoria da qualidade de produtos e processos tecnológicos. Enfim, a universidade pública brasileira virou caixa de pancada e alvo político de autoridades governamentais, de políticos desinformados e de grupos ideológicos radicais que se manifestam nas redes sociais. No meu entendimento, tais acusações precisam ser analisadas cuidadosamente, pois, em muitas situações, os libelos decorrem de pronunciamentos políticos oportunistas, de forte viés ideológico, disseminados na imprensa, assim como nos Parlamentos e nas redes sociais. Preliminarmente, acredito que é conveniente discutir o atual modelo único de universidade implantado no Brasil, desde a Reforma Capanema, em 1937, seguido e aperfeiçoado pela reforma de 1968 e os adendos das reformas pontuais realizadas pelos governos posteriores. O modelo único de universidade, em

²⁷ O artigo de Mark Taylor está disponível em: <https://ircpl.columbia.edu/2009/09/10/mark-c-taylor-end-the-university-as-we-know-it/> Acesso em 17 jul. 2019. Também sobre o assunto, ver TAPSCOTT, Don e WILLIAMS, Anthony, op. cit. p.139

vigor no Brasil, conforma instituições públicas e privadas, é inadequado à realidade socioeconômica e cultural do país. Até agora, historicamente, tem sido o preferido pelos governos da República, porque reúne melhores condições de controle e dirigismo por parte do Estado. Nos países ricos as universidades são, especificamente, instituições de pesquisa, com grande número de alunos em pós-graduação, como acontece nos Estados Unidos, cujas universidades mais importantes e tradicionais, como as que compõem a *Ivy League*²⁸ estão mais voltadas à pesquisa básica e à pós-graduação. Ao lado disso, existem as instituições de ensino superior que só formam graduados, embora possam também manter cursos de pós-graduação. Por aqui, a reforma do ensino superior, realizada no governo Fernando Henrique Cardoso, criou os Centros Universitários, submetidos a normas federais específicas, compreendendo instituições de ensino superior voltadas ao ensino de graduação, desobrigadas das atividade de pesquisa, Contudo, tais entidades de ensino superior, que em muitos aspectos se assemelham aos *Colleges*²⁹ norte-americanos, não estão impedidas de oferecer ensino de pós-graduação em qualquer nível. Assim, o sistema de ensino superior brasileiro está estruturado em universidades, centros universitários, faculdades isoladas, faculdades integradas, escolas superiores e institutos superiores.

A reforma do governo Fernando Henrique Cardoso é responsável pela segunda grande expansão da rede privada de ensino superior, ou seja, 110% em oito anos. Manteve, contudo, o modelo único de universidade. Deveria ter separado, mediante justa e rigorosa avaliação, quais universidades privadas, públicas federais, estaduais e municipais que poderiam continuar classificadas como tal, já que grande parte das universidades privadas concentram suas principais atividades acadêmicas em seus cursos de graduação, bem como realizam pouca atividade de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*.

²⁸ Universidade de Harvard, fundada em 1636; Universidade de Brown - fundada em 1764; Universidade da Pensilvânia, fundada em 1740; Dartmouth College, fundada em 1769; Universidade de Columbia, fundada em 1754; Universidade de Yale, fundada em 1701; Universidade de Princeton, fundada em 1746; e Universidade de Cornell, fundada em 1865.

²⁹ A palavra *college* pode também, nos Estados Unidos, nominar universidade. Basta-nos lembrar do fato de que, entre as oito instituições universitárias norte-americanas que formam a chamada *Ivy League*, está a Faculdade *Dartmouth College*, fundada em 1769, no Estado de New Hampshire.

Voltando às acusações que são dirigidas, principalmente às universidades públicas brasileiras, verifica-se que ela é apontada, como já assinalado anteriormente, como lenta, demasiadamente regulada, com instâncias burocráticas formalistas e inoperantes e órgãos acadêmico-normativos altamente politizados, como os Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa, e Conselhos Departamentais das unidades acadêmicas, compostos por representações docente, discente e de servidores técnico-administrativos. Entretanto, temos de levar em conta que, em muitos casos, a lentidão das ações da universidade pública decorre dos constantes atrasos dos repasses ou dos anuais contingenciamentos de seu orçamento, fatos que frequentemente paralizam e muitas vezes inviabilizam as pesquisas, impedem a modernização dos laboratórios e das atividades de custeio da Instituição. Sobre o aparelhamento à esquerda da Universidade pública, principalmente dos seus Conselhos, e a conseqüente politização, quem conhece a instituição por dentro sabe que a universidade pública, considerada em sua totalidade, não é de esquerda nem de direita. É ideologicamente plural. No âmbito de seus quadros docente, discente e administrativo convivem grupos dos mais variados matizes político-ideológicos e religiosos. E não podia ser diferente. Vivemos numa democracia e a universidade é o *locus* da diversidade. Assim, refletindo a realidade social e política do momento, é lamentável a polarização político-ideológica da sociedade brasileira; é importante lembrar que, desde sempre, em todos os países democráticos do Ocidente, existiu, existem e existirão grupos reunindo ativistas, filiados ou simpatizantes dos vários partidos de esquerda, ou de direita que, em geral, dominam o movimento sindical e os órgãos de representação de alunos e de funcionários e, assim sendo, expressam suas ideias de forma vigorosa nas redes sociais. Nas grandes universidades públicas são fortes e internamente atuantes os grupos conservadores de viés religioso, compostos por adeptos das igrejas evangélicas. Portanto, grupos de esquerda e de direita, em todas as épocas, sempre existiram nas universidades. Fazem parte da vida democrática do país e da natureza da universidade. Sobre a acusação de que as universidades públicas custam muito mais do que as privadas e que estão de costas para a sociedade, fechadas como *torres de marfim*, e só recebem alunos ricos, é preciso notar os seguintes fatos: como já foi dito, com raras e honrosas exceções (PUCs, Universidade Presbiteriana Mackenzie e poucas outras) a

grande maioria das universidades privadas mantem mínimas estruturas de pesquisa, ou seja, o necessário para continuarem na categoria, conforme exigência mínima legal – dois cursos de doutorado e quatro de mestrado. Da mesma forma, são limitadas as suas atividades de extensão. Professores com tempo integral, na maioria das universidades privadas, dedicam-se às atividades de graduação. As universidades públicas realizam concursos para preenchimento de vagas docentes somente para candidatos portadores de título de doutor, para regime de trabalho de dedicação exclusiva e, de forma excepcional, oferecem regime de trabalho de 40 horas semanais. Em ambos os regimes, o docente obriga-se a trabalhar em atividades docentes e de pesquisa.

Em artigo para *O Globo*,³⁰ sublinha Simon Schwartzman que a “CAPES lista 3.500 cursos de pós-graduação nas federais, dos quais somente 140 são considerados de nível 7, de padrão internacional, 90% dos quais concentrados em dez instituições”. No meu entendimento, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pelas universidades públicas, com os níveis seis e cinco, há considerável e importante trabalho de pesquisa. Sem universidade pública não haveria ciência no Brasil. Por aqui, e nessa linha, uma alta autoridade da República, recentemente, lançou nas redes sociais informação improcedente, segundo a qual não há pesquisa na universidade pública brasileira. A UFRJ é a instituição mais inovadora do país. Possui um Parque Tecnológico de 350 mil metros quadrados, realizando importantes parcerias com empresas nacionais. Portanto, ao contrário do que se afirma, ou seja, que a pesquisa universitária brasileira não gera produtos de relevância, mesmo com os cortes e contingenciamentos orçamentários, a universidade pública e algumas privadas (poucas) além de contribuírem para a formação de pesquisadores, (iniciação científica, pós-graduação) formam o cientista que vai trabalhar em instituições de pesquisa do país. Apenas como exemplo, como negar a importância das pesquisas em óleo e gás, que redundaram no Pré-Sal, realizadas no Parque Tecnológico da UFRJ? Impossível, nos limites do presente texto, citar todas as relevantes pesquisas que, apesar dos contingenciamentos, dos constantes cortes orçamentários, estão sendo realizadas nas grandes universidades públicas brasileiras, em genética, novos materiais, inteligência artificial, produção de fármacos e de vacinas sobre doenças e endemias tropicais. As universidades públicas

³⁰ Edição de 23/07/2019.

são responsáveis por 95% das publicações científicas no Brasil. Entre os autores de trabalhos científicos mais citados no mundo doze são brasileiros. Alega-se, nessa matéria, que, apesar de estarmos colocados em 14º lugar no mundo na publicação de artigos científicos, estamos em apenas 50º lugar em citações internacionais destes artigos, entre os países que fazem ciência. Entra aqui outra realidade desconhecida do grande público e pouco divulgada pela mídia. Para publicar um artigo científico em revista acadêmica internacional de ponta é necessário pagar. Atualmente, custa em torno de R\$12.000,00 a publicação de um texto científico em revistas de reconhecida importância da área do pesquisador. Considerando que são escassos os recursos para pesquisar, mais ainda faltarão para publicar. Outro dado que não pode deixar de ser mencionado: no total de cursos de pós-graduação *strito sensu* 19% estão nas universidades privadas e 81% nas públicas. Atualmente, as instituições federais de ensino e pesquisa têm 170 mil estudantes em 3.500 cursos de pós-graduação. Sobre a alegação de que a universidade pública é para ricos, as políticas de ação afirmativa e discriminação positiva implantadas na universidade pública brasileira nos últimos anos mudou a composição do corpo discente das mesmas. De cada três alunos das universidades federais dois são originários de escolas públicas dos ensinos fundamental e médio. Nas universidades públicas paulistas, até 2021, 50% das vagas serão destinadas a alunos oriundos do sistema de educação básica público. Na UERJ, que foi a pioneira nessa matéria, 45% das vagas são destinadas à inclusão social por meio de ações afirmativas e de discriminação positiva. Em qualquer dos casos, há exame preliminar das condições econômicas da família do candidato a aluno. As universidades públicas, em geral, destinam parte do seu orçamento para custear moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde e creches dos alunos carentes. Cumprindo a determinação constitucional de realizar ações de extensão, as universidades públicas prestam serviços importantes à população em seus hospitais – milhares de atendimentos e cirurgias de alta complexidade, como transplantes, – e clínicas odontológicas, mantêm programas especiais voltados à terceira idade, assistência jurídica gratuita pelos Cursos de Direito, além de museus, teatros e orquestras. Só como exemplo: a USP tem quatro museus e cinco hospitais. A UFRJ nove hospitais e treze museus. A UERJ, dois hospitais, sendo que um deles, o Pedro Ernesto, é o maior da rede pública estadual.

As vinte maiores e melhores universidades brasileiras, no *Ranking Universitário da Folha de 2019* (RUF), Universidade de São Paulo - USP; Universidade de Campinas - UNICAMP; Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Universidade Estadual Paulista - UNESP; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Universidade Federal do Paraná - UFPR; Universidade de Brasília - UnB; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Universidade Federal da Bahia - UFBA; Universidade Federal de Viçosa - UFV; Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP; Universidade Federal Fluminense - UFF; Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul - PUCRGS; Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro - PUC RIO; Universidade Federal de Goiás – UFG, oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* em todas as áreas do conhecimento, o que exige laboratórios atualizados, recursos humanos altamente qualificados e infraestrutura adequada. Vez por outra, ouve-se que a pesquisa básica, no exterior, é custeada pela iniciativa privada. Não procede. Vejamos estes dados: nos Estados Unidos, por exemplo, 60% dos recursos aplicados em pesquisa são de origem estatal; 25% derivam de fundos das próprias universidades; 6% por empresas; 6% provêm de organizações sem fins lucrativos; e 3% de outros fundos. Por sua vez, a participação do poder público no financiamento da pesquisa nos vários países da União Europeia é maior do que nos Estados Unidos – 77%; 9% dos recursos são oriundos do exterior; 6% são aplicados pelas empresas; 5% por organizações sem fins lucrativos e 3% originam-se dos próprios fundos das universidades.³¹ Produzir ciência no Brasil foi sempre muito difícil. Quantas pesquisas relevantes ficaram e ainda hoje ficam pelo caminho, ou são completadas nos laboratórios das universidades e centros de pesquisa do exterior, por constantes e indiscriminados cortes de verbas, ou políticas repressivas, como aconteceu em 1937 e em 1964, quando pesquisadores de alta qualificação científica foram sumariamente afastados e compulsoriamente aposentados e logo recebidos nas principais universidades dos Estados Unidos e da Europa. Sobre a

³¹ Fonte: *Jornal da USP*, edição de 26/06/2019.

querela relativa à formação em graduação, de fato, grande parte das universidades tanto públicas quando privadas não está formando adequadamente nas licenciaturas, assim como para o exercício das novas profissões, que estão surgindo em decorrência do acelerado avanço à Quarta Revolução Industrial. Segundo dados do Senso do Ensino Superior do MEC, o sistema de educação superior brasileiro é caracterizado por pequenas instituições, ou seja, 82,5% das instituições são Faculdades. Juntas, elas atendem 25% dos alunos. O Brasil tem 196 universidades, representam pouco mais de 8% das IES, atendendo, entretanto, mais de 53% dos alunos.” Em cada 4 alunos, 3 estão na rede privada. É interessante salientar o fato de que o crescimento das matrículas no ensino superior no Brasil deve-se, em boa parte, ao desenvolvimento da Educação a Distância - EaD. Entre 2017 e 2018, segundo o Censo do Ensino Superior do MEC, o setor cresceu 17%, superando o crescimento das vagas presenciais.

As instituições privadas, como são empresas, obviamente, visam lucro, expandem-se na direção dos cursos que exigem investimentos mínimos, como Direito, que concentra o maior número de alunos de graduação no país, 10,6%. O MEC é o responsável pela existência de 1.406 cursos de Direito em funcionamento no Brasil, considerando dados de março de 2019. Para 450 mil médicos atuando no Brasil, temos 1,100 milhões de advogados no país, e mais de 3 milhões de bacharéis em direito. Para completar o absurdo, mais de uma centena de pedidos de autorização de novos cursos de Direito presenciais aguardam pronunciamento do MEC. Não há nenhum curso de direito a distância funcionando no Brasil; porém, foram protocolados 49 pedidos, que aguardam a autorização do MEC.

Palavras Finais

A crise da universidade é parte da crise geral que afeta a sociedade contemporânea e o Estado. Seu descompasso deriva, principalmente no caso da universidade pública brasileira, de uma pluralidade de fatores, como dependência do Estado para seu financiamento e autonomia apenas nominal. No exposto às páginas anteriores, creio que ficou evidente que não há como comparar os custos da universidade pública

com os da rede privada. Contudo, o ensino superior no país, a exemplo do que acontece com a educação básica, precisa de profunda reforma para funcionar como instrumento e passaporte para o desenvolvimento do país. A necessária reforma não pode ser mais uma iniciativa para ficar no caminho, que não se completa e, anos depois, é substituída, com entrevistas, pronunciamentos oficiais, enfim, muita retórica e repercussão nas mídias, por outro projeto que não será totalmente executado. Infelizmente, tem sido assim. Entretanto, de nada adiantará implantar mudanças no ensino superior, sem uma profunda e definitiva transformação da educação básica. Parte do fracasso da universidade, pública ou privada, decorre, como se sabe, da péssima qualidade deste setor da educação nacional. Oferecer ao jovem educação de qualidade, nos termos do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado e da família.

Nos últimos anos, a educação brasileira, considerando todos os seus segmentos, cresceu em quantidade, e alguns avanços qualitativos foram obtidos: universalizou-se o ensino fundamental, com nove anos de duração e matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade; aprovou-se uma promissora reforma do ensino médio; o número de alunos na graduação alcançou 10 milhões e oitocentos mil alunos, o que é ainda muito pouco considerando que o Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes; o ensino a distância já atende mais de 1,7 milhão de alunos, o que representa uma participação de 21,2% dos alunos de graduação no país; a pós-graduação vem mantendo a tradicional qualidade. Não obstante, no conjunto, são alarmantes os resultados finais obtidos. Em meio a esses números lamentáveis, pelo menos uma boa notícia: matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação alcançaram, de acordo com o último Censo do MEC, 38 mil em 2017, maior patamar na série histórica. Os últimos dados estatísticos referentes ao desempenho dos alunos da Educação básica, divulgados pelo MEC no final de 2018, demonstram que esta continua estagnada, desde 2009. Em disciplinas fundamentais, como o português, o cenário piorou em 12 dos 17 Estados. Sete em cada dez alunos cursando o último ano do ensino médio têm nível insuficiente em português e em matemática.

Alunos do quinto ano do ensino fundamental não são capazes de, minimamente, detectar e entender os pontos centrais de qualquer texto e, da mesma forma, realizar operações aritméticas elementares. A avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB é obrigatória para a escola pública e facultativa às escolas privadas. A partir de 2019, os estudantes do nono ano serão avaliados também em Ciências da Natureza e Humanas. O PISA, Programa Internacional de Avaliação de Alunos (*Programme for International Student Assessment – PISA*), estrutura de avaliação internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE –, que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências, ratifica essa situação ao indicar que, entre 120 países, a educação básica brasileira é quinquagésima nona em leitura, sexagésima terceira em ciências e sexagésima sexta em matemática. São esses alunos, totalmente despreparados, que ingressam na educação superior do país. Os que se matriculam nas Licenciaturas e nos cursos de Pedagogia, no ensino presencial ou no ensino a distância, na maioria das vezes por faltar-lhes outra opção, constroem o círculo vicioso que alimenta a má qualidade da educação brasileira. Ingressam na universidade e concluem seus cursos completamente despreparados e vão atuar nas escolas do país. Agravando a situação, é alta a evasão nas Licenciaturas e nos cursos de Pedagogia, e a maioria dos concluintes, por causa da desvalorização da profissão, não se destina ao magistério, preferindo profissionalização alternativa no mercado de trabalho. Pelo mesmo motivo, são poucos os alunos oriundos das melhores escolas de educação básica do país que se matriculam nas Licenciaturas e nos Cursos de Pedagogia. Pelo visto, esta situação no ensino básico deve perdurar por um bom tempo, isto é, até que as reformas que estão sendo implantadas, por meio da Base Nacional Comum Curricular, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, comecem a gerar resultados positivos. As BNCC da educação infantil e do ensino fundamental já estão em fase de implantação nos estados e municípios. A do ensino médio foi recentemente aprovada no CNE. As redes municipais e estaduais deverão, imediatamente, preparar material didático inovador e adequado para o cumprimento das novas bases curriculares. Se tudo for feito corretamente, como se espera,

nos próximos anos a situação do ensino básico certamente avançará. “Com a Base, afirma Andreas SCHLEICHER, os professores sabem claramente as metas acadêmicas a atingir, o aluno entende o que é importante e os pais têm uma bússola para se nortear em meio à vida escolar de seus filhos”.³² Considerando o que foi dito, pode-se perguntar o que, além da completa implementação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, deve ser feito para completar a mudança e transformar o ensino básico brasileiro? Entre outras ações, contratar número suficiente de professores e dar-lhes condições de trabalho e remuneração dignas; – entre 40 países pesquisados pela OCDE o Brasil é o que pior remunera seus professores dos ensinos fundamental e médio. A grande maioria dos 2.192.224 professores, que atua na educação básica, está pedagogicamente defasada. Sem programas efetivos de qualificação docente, patrocinados pelo poder público, as escolas públicas que oferecem educação básica continuarão obtendo os alarmantes resultados denunciados nas avaliações nacionais e internacionais; permanecerão na educação 2.0 de baixa qualidade. Urge criar incentivos que permitam aos docentes fazer a transição para a nova escola e para as novas tecnologias, para que ele possa sair da condição de “emigrante digital”. Daí a importância da implantação da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica lançada pelo MEC em 13 de dezembro de 2018. Por outro lado, é premente eliminar a violência nas escolas. Segundo pesquisa sobre o assunto, elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, no universo de 34 países pesquisados, o Brasil lidera o ranking de violência contra professores. Dados de 2013 indicam que 12,5% dos professores do ensino básico público relataram agressões semanais.³³

A educação superior necessita, portanto, repensar os seus rumos e propostas a fim de atender de modo equilibrado as demandas intelectuais, profissionais e dos mercados. A noção, que vem servindo como paradigma para a definição de políticas educacionais, de

³² SCHLEICHER, Andreas. *O Futuro Chegou*. Entrevista concedida a Monica Weinberg – Revista VEJA, edição 2597, 29/08/2018, p. 76

³³ Ver: *O Brasil lidera ranking da OCDE de violência contra professores*. Folha de São Paulo, edição de 26 de abril de 2019, p. B2.

estratégias curriculares e de gestão da formação profissional, e que tem sido apresentada como tendência moderna para a gestão de pessoal e de políticas educacionais, vem sendo designada como *Pedagogia das Competências*. Esta é apresentada pelos seus defensores como capaz de estabelecer novas práticas formativas, comprometidas com a elevação do nível de formação dos trabalhadores e com o desenvolvimento das potencialidades humanas. Tais objetivos fariam congregiar os interesses dos cidadãos, dos empresários e dos educadores e, com isso, se constituiria em via para o desenvolvimento integrado do país, e instrumento fundamental à realização da justiça social, à valorização do ser humano e à construção da segurança e da paz social.